



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Relatório

**Portugal na União Europeia –
2016**

Autor: Deputado
António Costa Silva



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

ÍNDICE

PARTE I - CONSIDERANDOS

PARTE II - OPINIÃO DO RELATOR

PARTE III - CONCLUSÕES

PARTE I – CONSIDERANDOS

1. NOTA PRELIMINAR

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012 de 17 de maio, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia o Governo remeteu à Assembleia da República, para apreciação, o Relatório *“Portugal na União Europeia – 2016”*, respeitante à participação de Portugal no processo de construção da União Europeia.

Em observância à mesma disposição legal, o supracitado Relatório foi distribuído à Comissão de Assuntos Europeus, que por sua vez o remeteu às várias Comissões Parlamentares, no sentido do *“acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito da construção da União Europeia”*.

A apreciação do parecer foi agendada para a reunião da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas do dia 17 de maio de 2017, devendo o Parecer ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus nos dias subsequentes.

2. CONSIDERANDOS

O Relatório apresentado pelo Governo divide-se em oito Títulos fundamentais que englobam as áreas estratégicas no processo de construção da União Europeia.

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Por solicitação da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), cabe à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas (CEIOP) emitir parecer sobre as matérias que se encontram enquadradas nas áreas de competência desta última Comissão e que se encontram particularmente tratadas nos seguintes Títulos:

- a) Título III – Semestre Europeu (incluindo situação económica e emprego na UE);
- b) Título IV – Políticas Internas na EU;
- c) Título VI – Ação Externa.

Desses títulos, optámos por abordar objetivamente apenas os capítulos que entendemos abranger matérias usualmente tratadas na CEIOP.

Assim:

2.1 – TÍTULO III – SEMESTRE EUROPEU (INCLUINDO SITUAÇÃO ECONÓMICA E EMPREGO NA EU)

Este é um capítulo que merece alguma atenção. O resumo que é feito espelha grandemente o que foi o ano de 2016 em termos macroeconómicos a nível internacional, sendo que, do ponto de vista comunitário, *“o Semestre Europeu manteve como prioridade a concretização de medidas favoráveis ao crescimento e à criação de emprego, no quadro da estratégia definida para a política económica e social da UE assente nos três pilares: investimento, reformas estruturais e políticas orçamentais responsáveis”*.

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

A este respeito, cite-se o próprio Relatório (o negrito é do Relator):

*“Em 2016, assistiu-se a **um ligeiro abrandamento do crescimento da economia mundial para 3,0% (3,1% em 2015), mantendo-se num ritmo inferior ao observado antes da crise devido a uma desaceleração das economias avançadas, nomeadamente dos EUA e em menor grau da União Europeia (UE) e do conjunto da área do euro.***

O ano foi também marcado pelo aumento da incerteza no plano económico, político e institucional e da instabilidade dos mercados financeiros decorrente essencialmente do resultado do referendo no Reino Unido, que ditou a vitória da saída deste país da EU (“Brexit”).

*Relativamente aos **países emergentes e em desenvolvimento, o crescimento do PIB aumentou para 4,0%, (3,9% em 2015), com destaque para um melhor desempenho da Rússia e do Brasil, associado sobretudo à recuperação do preço do petróleo no segundo semestre, embora continuassem em recessão.***

*Quanto à **taxa de inflação esta aumentou para 0,7% para a generalidade das economias avançadas (0,3% em 2015), em contraste com a desaceleração prevista para 4,5% para o conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento (4,7% em 2015), embora com a continuação de taxas muito elevadas em alguns países da América Latina (Venezuela e Argentina). Nos EUA, a taxa de inflação aumentou para se situar, em média, em 1,3% em 2016 (0,1% em 2015). Na área do euro, subiu***

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

apenas para 0,2%, em média anual (0,0% em 2015) mas, no mês de dezembro, esta teve um aumento significativo para 1,1% em termos homólogos (o mais elevado desde outubro de 2013), refletindo uma recuperação dos preços de energia na parte final do ano.

Nos Estados Unidos, o PIB registou um crescimento real de 1,6% em 2016 (2,6% em 2015), em resultado do abrandamento da procura interna, com destaque para uma desaceleração acentuada do investimento privado, nomeadamente no segmento residencial o qual desacelerou para 4,9% em 2016 (11,7% em 2015).

A economia da área do euro abrandou, tendo o PIB registado um crescimento de 1,7% em termos homólogos em 2016 (2,0% em 2015) associado sobretudo a uma desaceleração significativa das exportações (de 6,5% em 2015 para 2,9% em 2016) devido à lentidão do crescimento fora da União Europeia e à debilidade do comércio mundial.”.

Quanto à realidade nacional, esta fica bem espelhada nos quadros seguintes:

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Quadro 1. Despesa Nacional

(VH, %)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
PIB e Componentes da Despesa (Taxa de crescimento homólogo real, %)										
PIB	1,6	1,4	1,7	1,7	1,6	1,4	1,0	1,0	1,7	2,0
Consumo Privado	2,6	2,3	2,8	3,4	2,1	1,9	2,5	1,6	1,9	3,1
Consumo Público	0,8	0,8	-0,2	1,1	1,1	1,3	1,4	0,8	0,5	0,5
Investimento (FBCF)	4,5	-0,3	8,8	5,9	2,1	1,5	-2,5	-2,2	-0,1	3,9
Exportações de Bens e Serviços	6,1	4,4	7,7	7,6	5,6	3,7	3,7	1,9	5,6	6,4
Importações de Bens e Serviços	8,2	4,4	7,6	13,0	6,4	6,0	4,8	1,5	3,9	7,3
Contributos para o crescimento do PIB (pontos percentuais)										
Procura Interna	2,6	1,5	1,8	3,9	2,1	2,4	1,6	0,9	1,1	2,5
Procura Externa Líquida	-1,0	-0,1	-0,1	-2,3	-0,5	-1,1	-0,6	0,1	0,6	-0,6
Evolução dos Preços										
Deflador do PIB	2,1	1,6	1,4	2,0	2,2	2,8	2,2	1,8	1,1	1,3
IPC	0,5	0,6	-0,1	0,7	0,8	0,6	0,5	0,5	0,7	0,8
Evolução do Mercado de Trabalho										
Emprego	1,4	1,6	1,5	1,9	0,4	1,8	1,1	0,8	2,2	2,4
Taxa de Desemprego (%)	12,4	11,1	13,7	11,9	11,9	12,2	12,4	10,8	10,5	10,5
Produtividade aparente do trabalho	0,2	-0,2	0,2	-0,2	1,3	-0,5	-0,1	0,2	-0,5	-0,4
Saldo das Balanças Corrente e de Capital (em % do PIB)										
Capacidade/Necessidade líquida de financiamento face ao exterior	0,8	:	-0,2	-1,6	4,1	0,9	-0,5	-1,4	4,5	:
- Saldo da Balança Corrente	-0,3	:	-1,2	-2,8	3,3	-0,4	-1,0	-2,0	3,1	:
da qual Saldo da Balança de Bens e Serviços	0,7	:	-0,4	0,3	3,4	-0,5	-0,3	1,7	4,3	:
- Saldo da Balança de Capital	1,1	:	1,0	1,3	0,9	1,3	0,6	0,6	1,4	:

Fonte: INE

Os dados do INE apontam para que a economia portuguesa tenha crescido, em termos reais, 1,4% em 2016, desacelerando face ao registado em 2015 (1,6%).

Quadro 2. Mercado de Trabalho

(VH, %)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
População ativa (tvh, %)	-0,6	-0,3	-0,5	-0,8	-1,1	0,1	-0,7	-0,8	0,3	-0,2
Taxa de participação	58,6	58,5	58,5	58,6	58,6	58,6	58,1	58,3	58,8	58,6
Emprego total (tvh, %)	1,4	1,6	1,5	1,9	0,4	1,8	1,1	0,8	2,2	2,4
Taxa de desemprego	12,4	11,1	13,7	11,9	11,9	12,2	12,4	10,8	10,5	10,5
Desemprego de longa duração (%)	63,5	62,1	64,5	64,0	63,2	62,3	59,2	64,1	63,2	62,1
Taxa de desemprego jovem (15-24)	32,0	27,9	34,4	29,8	30,8	32,7	31,0	26,9	26,1	27,8

Ótica de Contas Nacionais.

Fonte: INE

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

A evolução do mercado de trabalho em 2016 caracteriza-se por um aumento do emprego de 1,6% (que compara com um crescimento de 1,4% em 2015), assim como uma diminuição da população desempregada em 11,4% (-11% em 2015), levando a uma diminuição média da população ativa de 0,3% (-0,6% em 2015) e a uma taxa de participação de 58,5%, 0,1 p.p. abaixo do registado em 2015.

Quadro 4. Indicadores de Competitividade

(VH, %)

	2015	2016	2017				2018			
Custos de Trab. por Unidade Produzida	-0,5	:	0,2	-0,1	-2,6	0,7	0,9	1,2	2,3	:
Produtividade aparente do trabalho	0,2	-0,2	0,2	-0,3	1,3	-0,3	-0,1	0,3	-0,7	-0,4
Remunerações por trabalhador	-0,3	:	0,3	-0,4	-1,3	0,4	0,8	1,5	1,6	:
Setor Público	-0,5	:	4,1	0,2	-6,8	0,9	0,3	2,0	3,2	:
Setor Privado	0,3	:	-0,2	0,2	0,9	0,4	1,1	1,5	1,3	:
Termos de Troca (Bens e Serviços)	3,4	1,1	3,1	1,7	4,6	4,0	2,5	2,3	0,1	-0,4
Bens	3,2	0,5	2,7	1,2	4,9	3,9	1,9	1,3	-0,6	-0,5
Serviços	1,1	0,5	1,7	1,0	0,6	1,0	1,3	1,8	-0,1	-0,9
Taxa de Câmbio real efetiva	-2,7	:	-3,6	-3,9	-1,6	-1,5	1,5	2,7	1,3	:
Área Euro	-7,1	:	-8,6	-10,1	-4,9	-4,6	2,4	5,2	1,8	:

Fontes: INE, DGEcFin

Após recuperar em 2015, ao registar um crescimento da produtividade aparente do fator trabalho de 0,2%, o ano de 2016 foi marcado por uma quebra deste indicador (-0,2%), resultante de uma desaceleração do crescimento do PIB enquanto o crescimento do emprego se manteve inalterado.

2.2 – TÍTULO IV – POLÍTICAS INTERNAS NA EU

O ano de 2016 ficou marcado por importantes decisões no âmbito do procedimento por défice excessivo. Culminando um longo processo de informação e diálogo, que envolveu o Parlamento Europeu e em Portugal mobilizou todos os quadrantes

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

políticos, a Comissão Europeia decidiu não propor a imposição de multa nem a suspensão de quaisquer montantes de Fundos Estruturais.

Relativamente a Portugal, o Relatório expressa, nomeadamente, o seguinte:

- a) Portugal encontra-se, desde o fim do programa de assistência económica e financeira (PAEF), no quadro de supervisão pós-programa (*“Post Programme Surveillance”*, PPS) estabelecido no âmbito da UE, até reembolsar 75% da assistência que recebeu das instituições europeias;
- b) Paralelamente, Portugal encontra-se sob monitorização pós-programa (*“Post Programme Monitoring”*, PPM) por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI) até a sua dívida, junto desta instituição, deixar de exceder 200% da sua quota;
- c) Durante 2016, Portugal procedeu a vários reembolsos antecipados ao FMI. No início de fevereiro, pagou 2 mil milhões de euros. Em novembro, foram antecipadas as amortizações de capital devidas entre setembro de 2018 e fevereiro de 2019, num total de 2068 milhões de euros. Um terceiro reembolso, de 500 milhões de euros, foi feito no final de dezembro. Portugal já amortizou, assim, 44,2% do empréstimo total disponibilizado pelo FMI no âmbito do PAEF;
- d) Défice de transposição de diretivas: passou de 0,5 para 0,3;
- e) Processo por infração: passaram de 33 para 37 casos (acima da média da EU de 26 casos);
- f) Projetos-piloto: o prazo médio de resposta continua a respeitar o prazo de referência de 70 dias,

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

- g) IMI (sistema de informação do mercado interno): o desempenho global continua estável e a um nível aceitável;
- h) Portal da mobilidade profissional (EURES): desempenho relativamente bom, mas com possibilidade de aumentar o número de contactos com os empregadores, conduzindo a um maior número de colocações,
- i) Portal “A sua Europa”: participação ativa no trabalho do conselho editorial, resposta rápida a todos os pedidos de informação e inserção de hiperligações nos sítios nacionais que remetem para o portal;
- j) SOLVIT: manteve-se o bom desempenho do Centro SOLVIT Portugal;
- k) Contratos Públicos: nível de desempenho de acordo com a média da UE;
- l) Comércio de bens e serviços: a integração de Portugal é ligeiramente superior à média da UE;
- m) Participação portuguesa no Programa Horizonte 2020 (2014-2020): o resultado dos concursos de 2015 do H2020, conhecido no segundo semestre de 2016, mostrou que as entidades nacionais obtiveram o segundo melhor resultado de sempre na captação de verbas dos vários Programas-Quadro europeus, só ultrapassado pelo desempenho em 2014;
- n) Em 2016, verificou-se igualmente um avanço significativo no sucesso da participação nacional no Instrumento PME. As PME portuguesas conseguiram em 2016 ver aprovadas 27 propostas na Fase 1 e 4 na Fase 2. Na Fase 1, a taxa de desempenho nacional foi de 22,5%, o que revela um valor muito acima da média europeia, que se cifra nos 8,9%. Na Fase 2, a taxa de sucesso nacional (5,3%) foi ligeiramente superior à média europeia (5,0%);
- o) No final de 2016, Portugal participa em 66 Instrumentos do Espaço Europeu de Investigação distribuídos por todos os domínios científicos.

2.3 – Título VI – Ação Externa

Neste Título salienta-se:

- a) Portugal continuou a participar ativamente na coordenação da atuação da UE nos principais fóruns multilaterais, nomeadamente nas Nações Unidas. Como membro no triénio 2015-2017 do Conselho de Direitos Humanos da Nações Unidas, Portugal empenhou-se nas negociações das resoluções de iniciativa da UE neste fórum, com destaque para a resolução sobre direitos da criança, uma prioridade nacional;
- b) Os assuntos do Mar continuaram a ser uma prioridade para Portugal, também no seio da UE. Neste contexto, assumiu especial relevo a promoção da segurança marítima no Golfo da Guiné, à luz da Estratégia da União para a região, que Portugal promoveu, a par do reforço do diálogo com os países ribeirinhos e organizações regionais relevantes, na sua qualidade de Presidência do Grupo do G7 dos Amigos do Golfo da Guiné;
- c) Na dimensão comercial, de destacar a assinatura do CETA, quase no final do ano, e a interrupção informal das negociações da Parceria Transatlântica TTIP, após as eleições presidenciais nos EUA;
- d) Também importante para Portugal foi a entrada em vigor de dois Acordos de Parceria Económica entre a UE e, respetivamente, a Comunidade de Desenvolvimento da África do Sul e a África Ocidental.



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

PARTE II - OPINIÃO DO RELATOR

O Relator opta, neste Parecer, por não expressar a sua opinião pessoal.

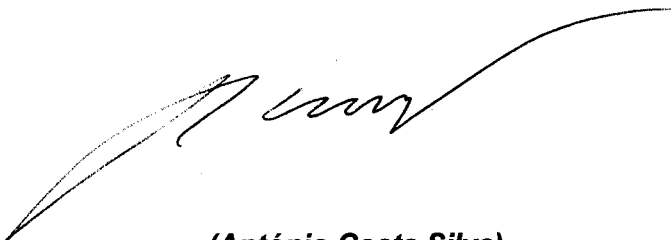
Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

PARTE III – CONCLUSÕES

1. O Governo apresentou à Assembleia da República, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, o relatório "*Portugal na União Europeia – 2016*".
2. Do Relatório consta o resumo de um conjunto de atividades relacionadas com a construção europeia e na qual Portugal participou, debruçando-se o presente parecer sobre as matérias conexas com as áreas enquadradas na atuação da CEIOP
3. Considerando o acima exposto, e não havendo nada em contrário, a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas considera que o presente Relatório se encontra em condições de ser remetido à Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus para conhecimento e apreciação.

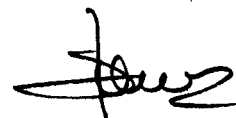
Palácio de S. Bento, 16 de maio de 2017.

O Deputado Relator



(António Costa Silva)

O Presidente da Comissão



(Helder Amaral)